

Hospitais e transportes podem pedir excepção no corte salarial

Empresas analisam excepção aprovada pelo PS, tendo em conta, entre outras questões, a concorrência no sector

ESPECIAL AUSTERIDADE

ALEXANDRA NORONHA
MARIA JOÃO BABO
MARIA JOÃO GAGO

Empresas do sector da saúde e dos transportes podem vir a engrossar o número das que venham a pedir adaptações nos cortes salariais impostos pelo Governo para 2011. Isto depois de o PS ter conseguido aprovar, na terça-feira, uma alteração à norma dos cortes salariais nas empresas do sector empresarial do Estado (SEE), que abre a porta a "adaptações autorizadas e justificadas pela sua natureza empresarial".

As empresas do SEE ainda não chegaram orientações específicas sobre a possibilidade de haver excepções ao corte salarial médio de 5% para os trabalhadores que ganhem mais de 1.500 euros mensais. A proposta aprovada no Parlamento, com a abstenção do PSD, refere só uma orientação genérica, que pode ser usada nas empresas que têm concorrência. Nesse sentido, um conjunto de empresas do SEE poderá pedir autorização para essas adaptações.

Além da CGD, que havia já pedido um regime de excepção, empresas como a TAP, os CTT ou os hospitais EPE – mas também algumas empresas de transporte público que têm actividade em áreas em que concorrem com privados, e outras do sector da comunicação social – podem vir a pedir autorização para essas adaptações. As empresas públicas autorizadas pelas Finanças poderão ajustar as reduções salariais dos seus trabalhadores de forma a dar uma redução de massa salarial global de 5%, explicou já o ministro dos Assuntos

Parlamentares, Jorge Lacão.

• O **Negócios** sabe que a CGD está já a preparar várias alternativas de redução de custos com pessoal que permitam cumprir os objectivos definidos pelo Governo, sem pôr em causa a produtividade dos quadros do banco. Uma das maiores preocupações da administração é continuar a dispor de margem de manobra para prosseguir o programa de incentivos definido para a rede comercial, que prevê a atribuição de prémios em função do cumprimento de objectivos comerciais. Com base nas várias opções que vierem a estar em cima da mesa, a gestão da Caixa deverá negociar com a tutela a melhor forma de alcançar os objectivos de cortes de custos ambicionados pelo Governo.

Nos transportes, que têm, em geral, excesso de pessoal, o objectivo em algumas empresas (sobretudo do sector ferroviário) é conseguir reduzir o máximo possível o pessoal excedentário, sendo que um despedimento colectivo está praticamente fora de hipótese, dado os custos que implica. No entanto, as empresas querem manter os trabalhadores mais qualificados, e podem optar por manter as regalias destes e avançar com cortes em outros departamentos. Das sociedades de transportes, a única que tem realmente concorrência em toda a operação é a CP Carga.

O **Negócios** contactou várias empresas do SEE, mas nenhuma quis fazer comentários. Só Afonso Camões, administrador da Lusa, disse: "nas circunstâncias que forem possíveis, vou bater-me para que na Lusa a repartição de valor seja feita com critérios de justiça."

ADAPTAÇÕES AOS CORTES SALARIAIS PODEM INCLUIR EMPRESAS PÚBLICAS DE VÁRIOS SECTORES

Jornal de Negócios | Quinta-Feira, 25 de Novembro de 2010

foi esta semana aprovada no Parlamento, e que abre a porta a "adaptações autorizadas e justificadas pela sua natureza salarial", pode levar outras empresas do SEE que estão no mercado a pedir autorização para proceder a "adaptações" aos cortes salariais.

A Caixa Geral de Depósitos foi a primeira empresa do Sector Empresarial do Estado (SEE) a pedir um regime de excepção à determinação do Governo de um corte médio de 5% para os salários acima dos 1.500 euros nas empresas com capitais públicos. No entanto, a alteração à norma que

CAIXA GERAL DEPÓSITOS

A gestão do banco do Estado alega que opera no mercado em concorrência com outros bancos privados, razão pela qual solicitou já que lhe seja aplicado o regime de excepção, à semelhança do que aconteceu este ano com o congelamento de salários.

TAP

A companhia aérea tem-se remetido ao silêncio, mas é outra das empresas de capital público que operam no mercado em concorrência com transportadoras estrangeiras. Este

ano, a TAP foi, como a CGD, uma das excepções ao congelamento salarial imposto ao sector empresarial do Estado.

HOSPITAIS

São 43, as unidades de saúde em Portugal com o estatuto de entidade pública empresarial, as quais operam no mercado. Têm a concorrência de vários hospitais e instituições privadas.

CTT

Os Correios portugueses concorrem nalgumas áreas do mercado com

operadores postais internacionais, como a TNT, Chronopost e DHL.

LUSA E RTP

Também no sector da comunicação social, as empresas com capitais públicos estão no mercado, concorrendo com meios privados, quer sejam agências, quer sejam canais de televisão.

CP CARGA

A empresa foi criada em 2008 e resulta da autonomização da unidade de negócio da CP para as mercadorias. O seu principal

concorrente é a Takargo, do grupo Moia-Engli, a primeira empresa privada a operar no transporte ferroviário de mercadorias.

STCP

A empresa de transportes rodoviários colectivos do Porto continua a ter uma rede mais alargada do que tem a Carris em Lisboa. No Grande Porto, a falta de transportes ainda faz com que os autocarros da STCP se desloquem em grandes distâncias entre o centro da cidade e Vila Nova de Gaia e Matosinhos. Nestas rotas acaba por ter alguma concorrência de

operadores privados como a Espírito Santo, ainda que se caminhe no sentido de reduzir esta concorrência com a reformulação da rede.

COMPANHIA DAS LEZÍRIAS

A Companhia das Lezírias é a maior exploração agro-pecuária e florestal existente em Portugal, sendo que a empresa compreende a Lezíria de Vila Franca de Xira, a Charneca do Infantado e os Paulis (Belmonte, Lavouras e Magos). Ocupa um total de 18 mil hectares, e tem concorrência das restantes explorações privadas em Portugal.